

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA

1290

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA N.º 20

1290

GIULIA ROSSI VAIRO, JOANA RAMÔA MELO,
MANUEL PEDRO FERREIRA, MÁRIO FARELO,
TIAGO VIÚLA DE FARIA

DIRECÇÃO DE RUI TAVARES

PÚBLICO & TINTA-DA-CHINA | LISBOA MMXIX

Apesar de os editores desta colecção optarem pela norma ortográfica anterior ao Acordo Ortográfico de 1990, respeitou-se, em cada volume, a opção ortográfica dos respectivos autores.

© 2019, PÚBLICO Comunicação Social SA
e Edições tinta-da-china, Lda

PÚBLICO

Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tels: 210 111 357 | 93 268 0312
Email: coleccoes@publico.pt
loja online: www.loja.publico.pt
www.publico.pt

TINTA-DA-CHINA

Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels: 21 726 90 28 | 29
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Portugal, uma retrospectiva: 1290* (vol. 20)
Direcção: Rui Tavares
Autores: Giulia Rossi Vairo, Joana Ramôa Melo,
Manuel Pedro Ferreira, Mário Farelo, Tiago Viúla de Faria
Revisão: GoodSpell
Assistência à coordenação científica: Maria Carla Araújo
Composição: Tinta-da-china
Imagens: página 75, 76, 78, 80, 82, José Custódio Vieira
da Silva (© Imago); página 80, Antonio Herrera Casado,
Monasterios Medievales de Guadalajara, 1997; página 91,
O estudo da sigilografia medieval portuguesa, Lisboa:
Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (1983, nº 347,
p. 258, figs.: pp. 272-3); página 98, IHRU – SIPA 0050739
(1949)
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares), a partir
de retrato de D. Dinis e de D. Isabel conservado
na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra

1.ª edição: Outubro de 2019

ISBN 5602227309529-000020
Depósito Legal 460899/19

Na segunda das polifonias medievais desta coleção, um coletivo de historiadores dedica-se a um ano de consolidação na história da primeira dinastia portuguesa: 1290 é desde logo o ano da fundação da universidade — ou melhor, dos Estudos Gerais, sediados primeiramente em Lisboa — por Dom Dinis, tal como é também o ano do nascimento da infanta Dona Constança, que viria a ser rainha de Castela, e o ano de levantamento do interdito eclesiástico imposto por Roma a Portugal um quarto de século antes.

Se, como dizem os autores deste volume, nenhum destes acontecimentos parece ter a carga simbólica da tomada de Lisboa em 1147 ou da Batalha de Aljubarrota em 1385, a verdade é que 1290 marca um tempo de consolidação talvez mais importante: no reinado de Dom Dinis o país alcançava (mais ou menos) as suas fronteiras definitivas no continente europeu, os Estudos Gerais passaram a formar elites académicas e a incluir Portugal na rede de universidades medievais europeias e, em paralelo, a língua portuguesa foi-se convertendo gradual e irreversivelmente na língua «oficial» do reino.

Neste volume, Tiago Viúla de Faria sintetiza o estado da política interna e externa do reino num momento em que Dom Dinis tem 29 anos e não sabe ainda que o seu reinado será um dos mais longos da dinastia. Mário Farelo traça-nos um quadro da vida na cidade de Lisboa, em particular na sua relação com a universidade que viria a ser de Lisboa, primeiro, e de Coimbra, depois. Joana Ramôa Melo apresenta-nos à invulgar figura política (e diplomática)

da rainha Dona Beatriz, mãe de Dom Dinis e filha de Afonso X, o Sábio, de Castela. Finalmente, Giulia Rossi Vairo estuda a posteridade de Dom Dinis e da «Rainha Santa» Dona Isabel a partir da tentativa de estabelecimento de um Panteão Real em Odivelas, num volume que fica marcado pela especialíssima contribuição de Manuel Pedro Ferreira: uma colagem de documentos a partir da qual se compõe uma carta fictícia de Dom Dinis sobre o cantar dos trovadores.

Se é verdade que 1290 não parece ter sido marcado, com exceção da fundação da universidade, por nenhum acontecimento revolucionário, não será menos verdade que precisamente a fundação da universidade — juntamente com a consolidação das fronteiras e um certo redirecionamento político para o reforço da organização e administração do reino — nos permite dizer que este ano faz parte de um período charneira na história de Portugal. Afinal, na vida individual como na coletiva, nós não somos feitos apenas dos nossos momentos de rutura ou deslocamento, mas talvez mais até das nossas fases de sedimentação e amadurecimento. Nesse sentido, podemos reconhecer que, sem a época de que 1290 é um ano central, talvez Portugal não tivesse chegado a ser o que depois foi. Por outro lado, como o demonstram todos os volumes do nosso tríptico dedicado à Baixa Idade Média (1385, 1290 e 1179), o Portugal medieval é um país muito diferente daquele que julgamos conhecer. A merecer, portanto, uma leitura atenta e maravilhada.

—RUI TAVARES

ÍNDICE

Introdução	9
1 Um ano de nadas: Portugal, o Algarve e outros reinos	16
2 Lisboa nos finais do século XIII: da cidade à universidade	30
<i>Um processo de constituição</i>	34
<i>A cidade de Lisboa em finais do século XIII</i>	37
<i>O quotidiano de um escolar</i>	39
3 O cantar dos trovadores: carta fictícia de Dom Dinis	43
4 Nos primórdios da «queenship» em Portugal: Beatriz Afonso (1244-1300) e o seu rasto	70
5 O Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, primeiro Panteão Régio no reino do Portugal medievo	84
<i>A fundação do mosteiro</i>	86
<i>A instituição do Panteão Régio</i>	88
<i>O projeto monumental dos reis Dinis e Isabel</i>	92
<i>A separação na morte dos reis Dinis e Isabel</i>	95
Notas	98
Fontes e bibliografia	99
Notas biográficas	103

INTRODUÇÃO

A escolha do ano de 1290 como tema de um dos três volumes que ilustram o período medieval nesta coleção pode, à partida, surpreender. De facto, esta data não assinala qualquer feito militar ou político significativo, capaz de, por si só, congregar o potencial explicativo de uma época, como acontece, por exemplo, com a conquista cristã do vale do Tejo em 1147; a viabilidade de um reino independente em 1385; ou o início da expansão portuguesa simbolizada pelo ano de 1415. Também não se procurou fazer dele um ano típico, como paradigma de um intervalo de tempo considerado «normal» na vida dos portugueses durante a época medieval, ainda assim passível e desejável de ser revisitado, analisado e explicado.

Em bom rigor, o ano de 1290 cruza um pouco destas duas dimensões. Sem ter dado lugar a acontecimentos-charneira como aqueles já referenciados, também não é possível afirmar que foi um ano igual aos outros. Como seria de esperar, esta data surge associada, de forma praticamente unânime — tanto na historiografia como na literatura de divulgação de maior ou menor rigor — ao processo de fundação da universidade em Portugal. Na tentativa de encontrar um acontecimento marcante, dotado de carga histórica capaz de agregar explicações em torno de um momento e de uma época, este seria indubitavelmente o escolhido.

Contudo, a factologia passível de ser organizada, decorrente das informações legadas por uma historiografia moderna que

sempre acentuou as dimensões estamentais superiores da sociedade (coroa, Igreja e nobreza), revela-se mais rica. Restrinja-se a enumeração a dois dos acontecimentos mais conhecidos: no dia 3 de janeiro, D. Dinis vê nascer a sua filha primogénita, a infanta D. Constança, que virá a ser rainha de Castela; no verão seguinte, a 30 de junho, em Coimbra, é levantado o interdito (eclesiástico) do reino, que vigorava há quase um quarto de século.

Acaba por não ser tão importante descortinar se estes factos — tornados históricos pela atenção que lhes foi dedicada por autores antigos e modernos, que procuraram reconstituir a história medieval portuguesa — correspondem, afinal, àquilo que se poderia considerar como representativo da vida dos portugueses. Certamente o foram, pois cada um deles constituiu, à sua maneira, um acontecimento de exceção. Importa, sobretudo, ter a consciência de que os eventos ocorridos durante esse período tiveram um forte impacto sobre todos aqueles e aquelas que os viveram. Para o rei D. Dinis, por exemplo, o parto da sua filha foi certamente uma ocasião de alegria, embora tivesse tido de esperar pelo ano seguinte para ver finalmente assegurada a continuidade dinástica, com a vinda ao mundo de um filho varão, o infante D. Afonso. Para os menos privilegiados, esses nascimentos não deixaram de significar um momento de festa. Porém, mais do que o regozijo, muitos deles sabiam que o crescimento dos infantes e infantas originava, na maior parte dos casos, a necessidade de uma ajuda monetária, uma vez chegado o tempo do casamento de cada um deles. Para estes, preocupados com a labuta de todos os dias e com o que viria depois, importou mais o levantamento do interdito e o normal retomar da vida religiosa, interrompido pelo longo silêncio dos sinos e dos clérigos encarregados de conduzir os fiéis à salvação eterna.

Nunca poderemos fazer sobre tais acontecimentos uma abordagem definitiva e pretensamente verdadeira, no sentido

positivista do termo, dado que o seu conhecimento decorre, quase sempre, de uma mediação, baseada no testemunho daqueles que deles fizeram memória, tanto nos atos que os poderes envolvidos mandavam celebrar, como nos discursos construídos sobre o seu significado. Do mesmo modo, foram e são diversas as perspetivas de observação e de interpretação daqueles que — por dever do ofício ou por mero prazer — procuraram estudá-los e dissecá-los, na ânsia de encontrar um sentido, uma coerência das causas, quando se conhecem apenas os resultados. Com efeito, esta tríade de factos acaba por ter um valor diferente em função das abordagens. Serão, por um lado, importantes para aqueles que procuram caracterizar as grandes figuras e os grandes acontecimentos, uma vez que aduzem factos sobre a família do monarca, sobre uma das mais importantes fundações culturais do reino e ainda sobre o levantamento do interdito e o seu impacto nas vivências individuais e coletivas. Para outros, eventualmente mais interessados na caracterização dos processos mentais e societários daquela época, os factos exemplificados subalternizam o estudo grupal, por exemplo, dos comportamentos desses mesmos não-privilegiados e das suas relações com os restantes estratos sociais.

Coloca-se, portanto, a questão: perante a variedade destas opções, por que perspetiva enveredar? A via da análise, de forma praticamente unívoca e monográfica, dos grandes acontecimentos? A abertura a um esclarecimento mais cabal do que seriam as vivências e os quotidianos, tanto quanto possível através do olhar daqueles que então os viveram? Ceder à tentação de abordagens globalizantes, tão ao gosto de umas das mais pujantes correntes historiográficas atuais? A escolha não foi fácil. Contudo, aos olhos dos autores deste volume — especialistas em temáticas nem sempre convergentes, e ainda limitados pelo espaço de escrita que lhes foi outorgado, bem como pela

impossibilidade de tudo dizer — rapidamente se delineou o caminho a seguir: o da conciliação de perspectivas, de escalas e de pontos de observação necessariamente diferentes.

O desafio principal foi o de compaginar a perspectiva micro — perscrutar o ano «à lupa» — e flexibilizar o ângulo de visão, avançando e recuando no tempo, de modo a possibilitar explicações mais circunstanciadas. E porque o referido ano de 1290 não beneficiou de um acontecimento capaz de tudo sintetizar, as diversas contribuições do volume constituem o mote para abordagens mais genéricas.

Rapidamente o leitor se aperceberá de que este ano, afinal, fez parte de um período de charneira da história de Portugal. Nesse final do século XIII, em que se assiste a um notável desenvolvimento urbano, económico e comercial, particularmente evidente na cidade de Lisboa, D. Dinis alcança, graças a um quadro peninsular propício, o definitivo reconhecimento das fronteiras do reino, ao mesmo tempo que dá continuidade ao processo, iniciado pelos seus antecessores, de afirmação institucional da coroa, à custa, porém, de descontentamentos e oposições, como se tornou patente na guerra civil que o opôs, mais tarde, ao infante herdeiro (1319-1324).

A primeira contribuição do presente volume abre espaço à dimensão «diplomática» deste período. Ao procurar apreender as grandes linhas das ligações do monarca com o exterior, Tiago Viúla de Faria permeabiliza o inquérito à herança afonsina na sociedade política e às grandes conjunturas, colocando a figura do rei naquilo que foi a sua projecção internacional e dinâmica político-administrativa nacional. Com efeito, nesse final do século XIII — e por maioria de razão nos inícios da centúria seguinte —, D. Dinis foi um dos mais respeitados monarcas da cristandade. E, para isso, nem é preciso evocar demoradamente o seu papel de mediador, em 1304, no conflito entre Castela e Aragão, nem

o facto de ter sido um dos primeiros reis lembrados em todas as igrejas de Avinhão, depois de o papa João XXII ter recebido a notícia da sua morte, algures durante o inverno de 1325.

Essa ligação do reino com o exterior encontra-se igualmente na abordagem proposta por Mário Farelo sobre a fundação do Estudo Geral de Lisboa, resultado de um processo que culminou precisamente em 1290. Criado para oferecer uma alternativa a quem não queria ou não podia estudar no estrangeiro, o seu estabelecimento em Lisboa constituiu o ponto alto desse ano. Urge, pois, nesse sentido, proceder à contextualização e à descrição dos seus processos constitutivos e dos seus variados impactos, tanto na cidade, como no reino que o acolheu.

Se a abertura às mais latas conjunturas e ao inquérito aos factos mais marcantes do ano se revela essencial, também não é menos importante a abordagem de recorte mais micro. Com efeito, a figura de D. Dinis, com um reinado de 46 anos, um dos mais longos reinados da primeira dinastia — somente ultrapassado pelos fundadores das duas dinastias medievais: o de D. Afonso Henriques, com a duração de 57 anos, e o de D. João I, com 48 anos —, é transversal, ou é o tema central, da maior parte das contribuições deste volume. Haveria múltiplas temáticas passíveis de tratamento em relação a este rei, da economia e fiscalidade às relações nem sempre cordiais com a nobreza e com o clero, mas privilegiou-se em grande medida a vertente cultural, pois esta é geralmente assumida como um dos traços característicos desta figura, e mobilizadora de argumentos explicativos e contextualizantes, por exemplo, para a própria fundação universitária.

A responsabilidade de dar conta das tendências culturais desta época no meio cortesão coube a Manuel Pedro Ferreira. Com um texto que congrega escritas de diversas épocas — uma carta ficcionada do rei, em escrita da época, comentada por um

editor do século XIX —, o autor propôs um caminho tão inusitado quanto estimulante pelo ambiente social, e sonoro, da corte de D. Dinis e dos seus apaniguados.

Centrada na figura régia, a economia do volume não podia menosprezar a família e a memória do monarca. Uma e outra foram perspectivadas por via da tumulária régia, em que o sepulcro — monumento objeto de fruição — também é documento. A partir de uma análise que cruza história e arte, Joana Ramôa Melo e Giulia Rossi Vairo interrogaram-se sobre o que o rei e a sua mãe pensavam — ou como outros interpretaram o que eles pensavam — acerca do significado da sua vida e da memória após a morte, esta última perenizada na pedra. Os percursos sugeridos pelos túmulos de D. Beatriz Afonso e do seu filho D. Dinis pretendem visitar espaços específicos de memória régia como os mosteiros cistercienses de Santa Maria de Alcobaca e de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, mas também conhecer formas de representação que espelham desejos e vontades, tanto de homens como, sobretudo, de mulheres.

Em cada um dos textos procurou-se fazer *falar* os documentos. A escolha de fontes de informação diversificada foi deliberada e, sem dúvida, a contribuição de diplomas régios e pontifícios, de tratados, de fragmentos musicais e de túmulos, entre outros, enriqueceu o trabalho. Recuperaram-se fontes há muito conhecidas, como os documentos relacionados com os inícios do Estudo Geral e sobremaneira trabalhados pelas sínteses levadas a cabo sobre a história medieval da universidade portuguesa. Deu-se conta das investigações recentes e inovadoras em torno da cultura musical dionisina e dos monumentos funerários associados às memórias de reis e rainhas.

A seleção temática derivou igualmente de considerandos de caráter historiográfico, na sequência do reavivamento do político e da reabilitação da biografia como legítimo discurso

histórico desde as últimas décadas do século XX. Mas também, e sobretudo, do esforço atual em perspetivar a globalidade dos fenómenos a partir das interligações cada vez mais habituais da história com outras ciências, aqui patenteadas através da história da arte ou da musicologia.

Sobre a figura de D. Dinis, transversal ao volume, recai um olhar positivo, que foi plenamente assumido. Como sublinhado pelo mais recente biógrafo do monarca, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, o reinado de D. Dinis teve geralmente, ao longo do tempo, um bom acolhimento e um julgamento muito favorável da parte daqueles a quem coube a tarefa de historiar a sua vida e escrutinar as suas ações.

Não foi intenção dos autores discutir ou contrapor estas visões. Contudo, não se deixou de criticar ideias feitas, como a condição, na altura, de Lisboa como capital. Outras críticas ficaram por fazer, como à indicação de 1290 como data para a afirmação da língua portuguesa como língua oficial do reino. Constante de incontáveis textos de divulgação, trata-se, com efeito, de uma distorção, porquanto a mudança do latim para o português nas práticas escriturais do reino resultou não de uma decisão momentânea ou pontual, mas de um mais longo processo no tempo, aliás já estudado.

Quanto ao aparato crítico, numa obra deste teor, este foi reduzido ao mínimo, remetendo-se para a bibliografia em final de volume os trabalhos que suportaram a(s) análise(s). Cremos que o leitor poderá aí encontrar os devidos abonos para o que foi explanado ao longo dos capítulos.

No cômputo geral, procurou-se chamar a atenção para elementos que pudessem ilustrar, ainda que por meros *flashes*, o que seria a vida em 1290, com um enfoque particular no rei, na corte régia e na cidade de Lisboa, onde o Estudo Geral se veio instalar, mas aberto ao conjunto do reino e mesmo para além deste.

NOTAS BIOGRÁFICAS

GIULIA ROSSI VAIRO (Roma, 1971). Licenciada e mestre em História da Arte Moderna por La Sapienza Roma, doutora em História da Arte Medieval pela UNL, bolsista de pós-doutoramento FCT e investigadora do Instituto de Estudos Medievais. As suas áreas de estudo: relações históricas, culturais e artísticas entre Itália e Portugal; história do colecionismo; tumultuária medieval.

JOANA RAMÔA MELO (Beja, 1983). Mestre e doutora em História da Arte Medieval pela UNL, bolsista de pós-doutoramento FCT, investigadora integrada do IHA (NOVA FCSH) e do Instituto de História (CSIC, Madrid) e colaboradora do IEM (NOVA FCSH). Áreas de especialização: escultura tumular, comemoração fúnebre, iconografia medieval e estudos de género.

MANUEL PEDRO FERREIRA (Lisboa, 1959). Estudou em Lisboa e na Universidade de Princeton, onde se doutorou em Musicologia. Em 1995 fundou o grupo de música antiga Vozes Alfonsinas e, desde 2005, coordena o Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical. Membro da Academia Europaea e da Sociedade Internacional de Musicologia.

MÁRIO FARELO (Lisboa, 1975). Doutor em História Medieval pela UL. Investigador contratado do projecto *VINCULUM*. Investiga a história da Lisboa medieval, assim como a história eclesiástica, urbana, diplomática e cultural do reino de Portugal medieval.

TIAGO VIÚLA DE FARIA (Lisboa, 1978). Investigador no Instituto de Estudos Medievais (UNL-FCSH). Leccionou História de Inglaterra e da Europa medieval nas universidades de Oxford, Kent e Canterbury Christ Church (RU). Estuda o papel da diplomacia na política portuguesa antes do período moderno.

portugal, uma retrospectiva

1290

foi impresso na SIG,
Sociedade Industrial Gráfica,
no mês de Setembro
de 2019.